

MAURÍCIO BUNAZAR

**A INVALIDIDADE**  
*do* **NEGÓCIO**  
**JURÍDICO**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiários:* Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**MILSA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavaicanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

1232164

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Bunazar, Maurício

A invalidade do negócio jurídico / Maurício Bunazar. -- 3. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia

ISBN 978-65-260-0371-8

1. Atos jurídicos 2. Atos jurídicos - Jurisprudência - Brasil 3. Negócios jurídicos 4. Negócios jurídicos - Brasil I. Título.

23-140903

CDU-347.13

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Negócios jurídicos : Direito civil 347.13

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO .....	11
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO .....	23
1. A INVALIDIDADE E O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA.....	25
1.1. Negócio jurídico e ato jurídico em sentido estrito.....	25
1.2. Autonomia privada .....	32
1.3. A invalidade do ato jurídico preceptivo como consequência do exercício irregular da autonomia privada .....	36
2. FUNDAMENTOS DOS REQUISITOS DE VALIDADE DO ATO JURÍDICO PRECEPTIVO .....	39
2.1. Requisitos de validade do negócio jurídico .....	39
2.2. Capacidade .....	40
2.2.1. Conceito de capacidade .....	43
2.2.2. A idade como critério de aquisição da capacidade de agir .....	44
2.2.3. Fundamento da exigência de capacidade para a prática de atos jurídicos preceptivos .....	46
2.2.4. Contornos dogmáticos da função protetiva das incapacidades....	48
2.2.4.1. Os intervalos lúcidos.....	50
2.2.4.2. Os intervalos insanos .....	54
2.2.4.2.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a proteção conferida ao enfermo mental e ao deficiente mental.....	58
2.2.4.2.2. Critérios dogmáticos para a aplicação da Lei 13.146/2015 .....	67
2.2.4.3. Análise dogmática da correlação entre a invalidade causada por incapacidade e o prejuízo causado ao incapaz.....	73

2.3. Forma .....	86
2.3.1. Nota histórica .....	87
2.3.2. Conceito e funções da forma.....	95
2.4. Objeto.....	109
3. REGIME JURÍDICO DA INVALIDIDADE.....	115
3.1. A invalidade como causa de ineficácia.....	115
3.1.1. A ineficácia do ato jurídico .....	115
3.1.2. Distinção entre invalidade e inexistência.....	124
3.2. Conceito e classificação da invalidade.....	132
3.2.1. Distinção entre efeitos do negócio jurídico nulo e efeitos da nulidade .....	138
3.2.2. Nulidade.....	139
3.3. Breves notas sobre o problema da fraude à lei.....	156
3.3.1. Fraude à lei, simulação e motivo determinante comum ilícito ....	157
3.3.2. Fraude à lei e ausência de proibição legal expressa .....	159
3.4. Efeitos da invalidação.....	160
3.4.1. Âmbito de aplicação do artigo 182 do Código Civil .....	160
3.4.2. Análise da primeira parte do artigo 182 do Código Civil: o retorno ao <i>status quo ante</i> .....	162
3.4.3. Termo inicial da prescrição das pretensões restituições .....	167
3.4.4. Análise da segunda parte do artigo 182 do Código Civil: situações de impossibilidade de restituição das partes ao <i>status quo ante</i> .....	169
3.4.4.1. Pagamento feito a incapaz em razão de obrigação anulada .....	170
3.4.4.2. Restituição ou qualquer indenização que acarreta enriquecimento injustificado .....	172
3.4.4.3. Usucapião da coisa que seria objeto de restituição ...	174
3.4.4.4. <i>Ex variis causarum figuris</i> .....	178
3.5. <i>Favor negotii</i> – a conservação dos negócios jurídicos .....	179
3.5.1. Proteção a terceiros de boa-fé contra a ineficacização por nulidade .....	190
3.5.2. Ausência de violação do bem jurídico protegido pela norma jurídica que impõe a invalidação.....	198
3.5.3. Estabilização da eficácia de negócio jurídico celebrado por agente ilegítimo .....	206
3.5.4. Análise do artigo 105 do Código Civil .....	213
3.5.5. Invalidade de contrato bilateral com pluralidade de sujeitos....	216

4. BREVES NOTAS SOBRE ALGUNS ASPECTOS DA INVALIDADE EM DIREITO SOCIETÁRIO .....	219
4.1. Invalidade do contrato plurilateral.....	219
4.2. Desconsideração atributiva da personalidade jurídica para a incidência do regime jurídico geral das invalidades.....	224
4.3. Eficácia da chamada cláusula de remédio exclusivo ( <i>Sole Remedy</i> ) .....	232
4.4. A forma do contrato social e do contrato de cessão de quotas.....	234
5. INVALIDADE E SUCESSÃO CAUSA MORTIS .....	239
5.1. Contrato sobre herança de pessoa viva. Breves notas.....	239
5.1.1. Delimitação .....	239
5.1.2. Abrangência do artigo 426 do Código Civil .....	239
5.1.2.A. Renúncia à herança em pacto antenupcial .....	240
5.1.2.B. Disposição em contrato social sobre o destino das cotas do sócio morto .....	241
5.2. Invalidade do testamento e das disposições testamentárias.....	244
5.2.1. Introdução.....	244
5.2.2. Breves considerações sobre as características do testamento ...	244
5.2.3. Causas de invalidade do testamento .....	247
5.2.4. Causas de invalidade das disposições testamentárias.....	257
5.2.5. Relação entre os artigos 1.859 e 1.909 do Código Civil.....	260
5.2.6. Invalidade da partilha .....	263
5.2.7. Conclusão .....	265
5.3. Casuística.....	265
5.3.1. O caso da simulação por testamento .....	265
5.3.2. O caso da renúncia por erro .....	267
5.3.3. O caso do testamento imaginário.....	268
6. ASPECTOS PROCESSUAIS DA INVALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES ...	269
6.1. Delimitação dos aspectos processuais relevantes à análise da categoria jurídica da invalidade disciplinada pelo Código Civil .....	269
6.2. Natureza jurídica do provimento jurisdicional que reconhece a invalidade do ato jurídico preceptivo .....	270
6.3. Legitimidade ativa <i>ad causam</i> para as ações de invalidade .....	277
6.4. Limites subjetivos da extensão da coisa julgada em ação de invalidade ...	289
6.5. Ação declaratória de validade de negócio jurídico.....	293
6.6. Modo de alegação em juízo de determinadas defesas opostas contra a pretensão do autor de ver invalidado o negócio jurídico e da alegação da invalidade como defesa.....	294

6.6.1. Modo de alegação do disposto no artigo 182.....	294
6.6.2. Modo de alegação do disposto no artigo 170 e consequências do seu acolhimento.....	295
6.6.3. Modo de alegação do disposto no artigo 144 e consequências do seu acolhimento.....	298
6.6.4. Modo de alegação do disposto no § 2º do artigo 157 e consequências do seu acolhimento.....	300
6.6.5. Modo de alegação da invalidade como defesa.....	301
6.7. Algumas considerações sobre o momento de alegar judicialmente a ineficácia do compromisso arbitral.....	302
CONCLUSÃO.....	305
BIBLIOGRAFIA.....	309
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	327